

O processo de subordinação dos agricultores familiares na integração à indústria fumageira¹

Luís Carlos Braga²

Resumo

¹Recebido:05-06-2008

Aprovado: 19-07-2008

² Mestrando em Geografia. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)-Campus de Francisco Beltrão.
E-mail: l.carlos@wmail.com.br.

Este artigo apresenta a estrutura da cadeia de fumo no Brasil e a forma como as empresas fumageiras subordinam as pequenas unidades de produção rural através do sistema de integração, que é viabilizado através de dois movimentos, o da circulação dos insumos industriais do setor industrial para o agrícola e, no movimento da matéria-prima do setor agrícola para o industrial. A subordinação dá-se de fato, através do contrato e da classificação das folhas do fumo. A área para este estudo foi a Linha Itaíba, localizada na área rural no município de Marmeleiro-PR, por se tratar de um espaço no qual os agricultores estão integrados à empresa fumageira Souza Cruz. Pode-se dizer que a Linha Itaíba atualmente é um território da Souza Cruz, considerando que a maioria dos produtores trabalha em função do fumo, já que a empresa utiliza um conjunto de práticas para a dominação territorial.

Palavras-chave: Fumo; agricultura familiar; integração; subordinação.

The subordination process of family farmers in the tobacco industry integration

Abstract

This article shows the structure of tobacco industry in Brazil and how tobacco companies subordinate the small units of rural production through the integration system, which is made practical by two movements, the industrial inputs circulation from industrial to the agricultural section, and the raw material movement from agricultural to the industrial section.

The subordination actually occurs through the agreement and the classification of the tobacco leaves. The defined area to be studied was Linha Itaíba, located in the rural area of the municipality of Marmeleiro (Paraná), because it deals about a space in which the farmers are integrated to Souza Cruz tobacco company. We can say that the Linha Itaíba at the present time is part of Souza Cruz territory, considering that the majority of the producers work with the tobacco planting and they are dependent on this gain. The company uses a set of practices for territorial domination.

Key-words: tobacco; family agriculture; integration; subordination.

Introdução

Com a introdução do pacote verde, na década de 1950, as políticas públicas passaram a dar prioridade à agricultura patronal, através da disponibilização de créditos para a mecanização e compra de insumos químicos. Nesse processo, a agricultura familiar foi marginalizada com o argumento de que, para aumentar a produção, precisava-se de grandes áreas cultiváveis.

A produção de fumo, pelo contrário, por não ter uma base técnica mecanizada, passou a ser produzida em pequenas áreas rurais com a utilização da mão-de-obra familiar, tornando a agricultura familiar consumidora e dependente dos insumos e materiais utilizados, diminuindo a produção de alimentos para a subsistência ou qualquer outra atividade, devido à grande demanda de mão-de-obra exigida pela fumicultura. Esses produtores estão subordinados, também, à renda proveniente de uma monocultura que os explora através do sistema de integração, o qual é viabilizado através do contrato e do sistema de classificação das folhas de fumo. O contrato atrela os produtores a um duplo movimento. No primeiro, ocorre a circulação dos insumos, do setor industrial para o agrícola, e, no segundo, o movimento da matéria-prima do setor agrícola para o industrial.

A escolha da Linha Itaíba, localidade situada na zona rural do município de Marmeleiro-PR, como área de estudo, deve-se ao fato de que

ela é um reassentamento de agricultores, em sua maioria de origem gaúcha e catarinense, que foram atingidos, no início da década de 1990, pela construção da Hidrelétrica de Itá e reassentados nesta região. A localidade é composta, em grande parte, por pequenas áreas de produção agrícola, com lotes entre 7,6 e 25 hectares, onde 68% dos agricultores são integrados à indústria fumageira Souza Cruz.

A opção da fumicultura por esse número considerável de agricultores trouxe várias mudanças para a Linha Itaíba tanto nos aspectos físicos, devido à quantidade de construções (galpões, estufas), à aquisição de outros meios para a produção do fumo, como carretas agrícolas motorizadas³; ao cotidiano dos agricultores, que alteram a sua rotina durante os períodos mais intensivos de trabalho. Há alteração no planejamento, viagens, reformas ou construções de benfeitorias, que passaram a ser realizadas conforme os intervalos da produção. Diante disso, podemos dizer que a Linha Itaíba é um território da Souza Cruz.

Para elaboração deste artigo realizamos uma pesquisa bibliográfica baseada nos trabalhos de Corrêa e Oliveira, além da busca em outros artigos e dados que forneceram informações sobre a produção. Além de pesquisa no site do IBGE, os dados coletados em trabalho de campo e observados empiricamente possibilitaram-nos estabelecer a inter-relação entre a teoria estudada e a vida dos produtores em questão.

Discorremos sobre o papel da agricultura familiar na produção, como ela é explorada através dos contratos e da classificação das folhas e como as áreas de produção são selecionadas pela Souza Cruz através das práticas espaciais da gestão do território, constituindo, assim, o território da empresa; e, ainda, como o papel exercido pelo governo diante da produção fumageira.

Apresentamos as modificações provocadas pela fumicultura para a Linha Itaíba e também algumas melhorias trazidas pela produção de fumo, suas características e as do produtor; as etapas consideradas mais difíceis pelos agricultores e por que eles continuam produzindo; seu grau de satisfação; as características da classificação e as implicações trazidas pelo uso dos agrotóxicos.

³ Popularmente conhecidas como gerico, as carretas agrícolas, são construídas a partir do chassi de veículos que não são mais utilizados.

Formação do reassentamento Linha Itaíba

Segundo dados do IBGE (2003), a região Sudoeste é composta por uma área de 11.651.833 km² e uma população de 468.559 habitantes. No período entre 1970 e 2000, a agricultura do Sudoeste passou por um processo de modificação na base técnica. Com a utilização de máquinas para o trabalho, uma grande parte da mão de obra foi substituída.

Nesse contexto está inserido o município de Marmeleiro - onde fica a nossa área de estudo - o qual possui, segundo dados do IBGE (2001), 13.665 habitantes e ainda segundo dados do IBGE (1995/96), uma estrutura fundiária com predominância de pequenas propriedades: 537 estabelecimentos agropecuários com área inferior a 10 ha e 882 estabelecimentos com área entre 10 a 100 ha. Os grandes estabelecimentos são poucos: 32 com áreas entre 100 e 200 há; 11 entre 200 a 500 há e apenas 3 entre 500 a 2000 ha, somando um total de 1.465 estabelecimentos agropecuários.

A Linha Itaíba – eleita a nossa área de estudo - é um reassentamento situado a 4 km da cidade de Marmeleiro no Sudoeste do Paraná, constituída por 35 famílias, que somam um total de 141 habitantes, na sua maioria, pequenos produtores familiares.

A maioria dos moradores da Linha Itaíba são originários de Aratiba, no Rio Grande do Sul, e Itá, em Santa Catarina, dois municípios divididos pelo Rio Uruguai. Com a construção da Hidrelétrica de Itá, em 1990, os agricultores foram obrigados a deixarem suas propriedades. Foram indenizados e os que não eram proprietários da terra foram reassentados em outras regiões. Uma parcela deles veio para a Linha Itaíba.

Para conseguirem ser reassentados em condições mínimas de obter sobrevivência trabalhando na agricultura foi preciso muita luta, porque a empresa responsável pela construção da hidrelétrica pretendia praticamente expulsar os moradores da região pagando-lhes um valor muito baixo. Diante do caso, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Itá e Aratiba (os antigos municípios onde moravam os produtores da Linha Itaíba, que inclusive deram o nome à localidade) manifestaram-se contra a construção da barragem e, como não foi possível impedir a construção da

obra, os sindicatos lutaram pelos direitos dos agricultores realizando reuniões com representantes das empresas, governantes e agricultores, buscando apoio junto aos movimentos sociais com maior poder de mobilização como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

As reivindicações eram indenizações justas aos proprietários e um reassentamento aos moradores da região que não possuísem terras. Depois de muitas assembléias e reuniões tensas envolvendo os interessados; de várias mobilizações, manifestações em locais públicos, invasões de escritórios da empresa, trancamento das obras iniciais organizadas pelos líderes dos agricultores que (agora) faziam parte do MAB e MST, os resultados começaram a surgir. Os proprietários receberam uma proposta mais próxima do real valor das terras, e os sem terras, os quais de fato vieram para a Linha Itaíba, foram conseguindo, aos poucos, os seus direitos; primeiramente, uma área para a agricultura; depois, algumas benfeitorias (casa, galpão, chiqueiro, estábulo) além de receberem as terras prontas para o plantio e com o solo corrigido e uma verba para sobreviverem nos primeiros meses.

Tudo isso, seria pago em 20 anos em prestações anuais. O valor da terra foi parcelado abaixo do valor de mercado. Ainda assim muitas obrigações por parte da empresa não foram cumpridas, como os seguros em relações às benfeitorias, o ressarcimento de qualquer prejuízo no transporte da mudança, a disponibilização de assistência técnica agrícola permanente, o que gerou, juntamente com os atingidos de outras áreas, mais mobilizações, trancamento de obras e até confrontos com a polícia. Inclusive, depois dos produtores já estarem reassentados, várias vezes, os agricultores voltaram a se unir aos movimentos cobrando compromissos não cumpridos pela empresa.

A Linha Itaíba, atualmente, é composta de 35 famílias: 33 são proprietárias de pequenas áreas de terras, variando de 7,6 a 25 hectares, e destas, 29 são originariamente do reassentamento. No início, eram 36, mas alguns produtores rurais não conseguiram pagar as parcelas da propriedade para a Companhia Elétrica Eletrosul, responsável pela construção da

Hidrelétrica de Itá (que atingiu essas famílias quando elas ainda estavam em Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e pela instalação do Reassentamento da Linha Itaíba em Marmeleiro; algumas famílias saíram da comunidade em busca de outras alternativas; mais tarde, foram trazidos mais agricultores atingidos pelas obras da hidrelétrica, para preencher o espaço deixado; alguns filhos dos agricultores casaram e ocuparam as terras, outros estabeleceram domicílios na propriedade dos pais, constituindo mais famílias.

O pagamento parcelado das terras ocorreu da seguinte forma: a Eletrosul deu três anos de carência; a partir daí, cada agricultor começou a pagar uma quantia em produtos em parcelas anuais, num total de 20 anos. A quantia que cada um pagava dependia da quantidade de hectares que havia recebido. O critério estabelecido para definir o tamanho da propriedade de cada agricultor era o número de integrantes de cada família. Cada agricultor pagava um valor calculado em sacas de milho, que daria, atualmente, um valor de R\$ 60,00 por hectare ao ano; como eram 20 parcelas, cada agricultor pagaria, ao final do prazo, R\$ 1.200,00 por hectare. Como alguns agricultores não conseguiram pagar suas parcelas, por falta de planejamento e administração das propriedades, eles foram retirados de suas terras com o apoio de muitos agricultores do próprio reassentamento. No entanto, depois de efetuados três pagamentos, os agricultores começaram a questionar algumas obrigações que a empresa havia assumido e não estava cumprindo como, por exemplo, a disponibilização de técnicos agropecuários exclusivos para o reassentamento, a garantia de vinte anos em relação a qualquer defeito nas casas e galpões construídos pela empresa, o pagamento de qualquer perda na mudança das propriedades atingidas pela barragem para o reassentamento ação em que muitos perderam móveis, animais, e outros objetos e, seis anos depois, ainda não haviam recebido pelas perdas. Todos esses questionamentos, juntamente com as dificuldades enfrentadas no setor agrícola, mais a má administração por parte dos produtores levaram-nos a decidirem que não iriam mais efetuar os pagamentos. Fracassaram reuniões realizadas pela Eletrosul na tentativa de se chegar a um acordo, houve muitas ameaças de despejo, ainda que não efetuadas.

Desde 1995, não foi realizado mais nenhum pagamento, o que causou

muita revolta nos agricultores que foram retirados de suas propriedades. Entretanto, já não havia o que fazer porque as suas áreas estavam ocupadas por outros. Os agricultores não receberam as escrituras definitivas das propriedades, fato que impediu uma grande evasão dos agricultores do reassentamento, pois, sem escritura definitiva, poucos conseguiram vender suas propriedades. Somente no início de 2007, alguns receberam a escritura definitiva e, segundo informações dos agricultores, aos poucos, cada um receberá a sua.

Introdução do sistema de integração na Linha Itaiba

Conforme entrevista com o produtor B, concedida em 20/03/2007, nos dois primeiros anos de trabalho nas novas propriedades, os agricultores tentaram introduzir os métodos de trabalho utilizados nas antigas propriedades, ou seja, trabalhavam com a força de tração animal, usavam os implementos manuais para plantar, limpar e adubar; utilizavam pouca adubação química e aravam o solo a cada novo plantio. A renda era baixa, mas os agricultores conseguiam sobreviver dignamente e pagavam os investimentos. Depois de dois anos, alguns agricultores por influência de outros produtores que já estavam ali há mais tempo, e também pela comodidade, passaram a plantar utilizando novas técnicas. Todo o trabalho realizado passou a ser pago a terceiros que possuíam máquinas; começaram a utilizar mais adubos químicos, sementes selecionadas e a forma de plantio direto, além de entregarem toda a produção ao comércio. Para aumentar a produção, os agricultores passaram a alugar terras para o plantio.

Em poucos anos, a maioria dos agricultores que optaram por esse sistema estavam endividados, tendo que contrair mais dívidas para poder assegurar as suas necessidades básicas. Apenas alguns agricultores que optaram pela produção de leite conseguiam, com muita dificuldade, manter um equilíbrio. Diante disso, uma alternativa que surgiu foi produzir o fumo. Um dos produtores integrou-se a Souza Cruz no ano de 1999. Como ele obteve um lucro considerável, na primeira safra, se comparado com as outras culturas, vários produtores interessaram-se pela produção de tabaco

e mais agricultores passaram a produzir o fumo. Alguns eram contrários às formas de produção e aos contratos estabelecidos pela empresa e sabiam que estariam subordinados, mas, como a cultura era, aparentemente, rentável e não viam alternativas, acabaram por aderir ao sistema de integração.

Depois que mais de 50% da localidade já estava integrada, o técnico da Souza Cruz não precisava ir à procura dos agricultores para oferecer o plano de integração; eram eles que procuravam o técnico, interessados em produzir o fumo. Como a procura aumentou, a empresa passou a ter a opção de selecionar e criar novas condições para subordinar os produtores que submeteram-se às condições impostas pelo contrato para que pudessem cultivar. Aproximadamente 90% dos produtores que produzem o fumo, adaptaram-se à produção, conseguindo pagar os custeios e investimentos, obtendo uma renda média, considerável se comparada com as outras produções agrícolas, segundo o entrevistado (senhor B).

Embora os agricultores considerem o fumo uma produção rentável, eles não percebem que estão sendo explorados através da dilatação da jornada de trabalho. Esse sobre trabalho fica cristalizado na matéria-prima, no caso o fumo, e o que retorna para o agricultor é apenas uma parte do seu trabalho. Conforme, Santos (1978), dessa forma, o capital consegue a sua reprodução ampliada. Esse processo é denominado de subordinação formal do trabalho ao capital, pois o produtor imediato é o seu próprio empregador ou o trabalho é oferecido a terceiros.

Segundo, Oliveira (1980), no sistema de integração, a subordinação dá-se pelo duplo movimento de circulação. No primeiro movimento, ocorre a circulação dos insumos químicos (utilizados na produção do fumo) do setor industrial para o agrícola, tornando o agricultor dependente da empresa em relação ao fornecimento dos insumos para a produção. No segundo movimento, ocorre a circulação dos produtos do setor agrícola (matéria-prima, fumo) para o industrial; o agricultor fica subordinado à empresa para a comercialização da produção.

Quando os agricultores integram-se a uma indústria fumageira como a Souza Cruz, o seu trabalho passa a ser subjugado a nível mundial, já que a mesma faz parte do conglomerado da BAT (British American

Tobacco); o controle da Souza Cruz pela BAT proporciona-lhe recursos financeiros e uma forte integração ao mercado internacional do fumo, além de outros setores de atuação do grupo (CORRÊA 1992).

Além disso, a produção de fumo pela pequena unidade de produção rural faz com que a mesma perca a sua identidade e passe a fazer parte do território da Souza Cruz. Território conquistado através das relações dissimétricas de poder entre a empresa e os agricultores.

Segundo Corrêa (1992), a expressão da espacialidade da Souza Cruz pode ser percebida através do seu poderio econômico e político. E também pelas várias filiais, unidades de beneficiamento, depósitos atacadistas e pelos milhares de veículos que circulam por todo o país.

Ainda segundo Correa (1992), essa complexa espacialidade foi sendo construída pouco a pouco através de um conjunto de práticas espaciais que atuam de forma combinada, para formar o território de acordo com os interesses das empresas como, por exemplo, a seletividade espacial, em que a empresa seleciona as regiões que lhe proporcionem a maior quantidade de atributos considerados de valor por ela. O conhecimento espacial é fundamental nesse processo, pois, a partir de sua avaliação, define-se a potencialidade e a fragilidade a serem exploradas; a fragmentação e remembreamento espacial. Na fragmentação, a empresa divide o espaço em razão da intensificação da atuação da corporação; no remembreamento a organização aglutina suas unidades territoriais para a constituição de um mosaico, caracterizado por unidades territoriais mais amplas. Os fatores que levam a empresa a fragmentar ou remembrar o seu território são a diminuição ou o aumento da oferta de produção numa determinada região. As unidades funcionais que não estão em localização favorável são eliminadas; antecipação espacial: “constitui uma prática que pode ser definida como a localização de uma unidade funcional em um dado lugar, antes que condições favoráveis de localização tenham sido satisfeitas” (CORRÊA, 1992, p.118). Essa prática visa à reserva do território para ações futuras da empresa, que somente uma grande corporação multinacional pode adotar, pois é preciso trabalhar com níveis negativos e diferenciados de remuneração entre as suas unidades; marginalização espacial são as mudanças locais, que

as corporações realizam, que resultam no fechamento de algumas unidades e na abertura de outras. A marginalização espacial, resultado das mudanças locacionais, afetam o nível de emprego e dos impostos; reprodução da região reprodutora, são criadas grandes e pequenas regiões, com tendências à especialização produtiva, através das ações das corporações.

O resultado do uso de todas essas práticas para a empresa, no caso a Souza Cruz, tem sido um caminho de prosperidade, reprodução do seu território e acúmulo de capital já que ela escolhe as áreas mais produtivas, a mão-de-obra que lhe convém, as situações que são melhores para os seus interesses naquele momento.

Para a sua territorialização, a Souza Cruz utiliza o sistema de integração que é baseado em dois movimentos de circulação: o primeiro é a circulação dos insumos agrícolas do setor industrial para o setor agrícola, em que o agricultor fica subordinado ao contrato que prevê o fornecimento total dos insumos específicos da produção de fumo para os agricultores, os quais dificilmente serão encontrados no mercado tradicional, e, quando encontrados, seu valor é muito alto comparado-se aos insumos da empresa integradora. O segundo movimento é a circulação da matéria-prima do setor agrícola para o industrial; nesse momento, a empresa apropria-se do excedente econômico gerado pelo produtor (OLIVEIRA, 1980).

A efetivação desses dois movimentos é conseguida através de dois fatores que são o contrato e a forma de classificação do fumo.

Segundo a revista eletrônica TERRA de DIREITOS (2006), quanto à subordinação realizada através dos contratos, é possível destacar como pontos principais:

a) É oferecido um contrato padrão que não prevê possibilidades de negociações entre as partes. Muitas vezes, quando o produtor não cumpre algumas normas do contrato como, por exemplo, não alcançar a estimativa, ou não pagar os custos dos investimentos, ocorre uma mediação do técnico entre a empresa e o agricultor para que ocorra um parcelamento da dívida e o agricultor receba os insumos para o cultivo, mesmo devendo os insumos das safras anteriores para a empresa ou até, no caso, do produtor ter vendido a produção para outros compradores de fumo. Esses acordos são feitos

por que é de interesse da empresa receber a sua dívida e que o agricultor continue produzindo.

b) A empresa de fumo estabelece uma relação de consumo com o agricultor em que fornece materiais e insumos.

c) O agricultor presta serviços às empresas integradoras sem, praticamente, nenhuma atribuição de responsabilidade e direitos trabalhistas.

d) A empresa estipula uma estimativa de produção baseada na quantidade de pés de fumo que o produtor financiou para plantar, a partir dessa quantidade de pés é feito um cálculo da estimativa em quilos.

e) Nos contratos, também consta o comprometimento da empresa em impor os pacotes tecnológicos contendo insumos agrícolas e sementes para o início da produção, impedindo, dessa forma, que o produtor pesquise melhor preço, afetando a livre concorrência do mercado de insumos.

f) Os insumos são fornecidos todos no início da safra, até aqueles que serão utilizados somente no processo final, isso por que, nessa época, o preço dos produtos está em seu valor mais alto, ficando de três a oito meses estocados nas propriedades. Sobre o valor dos insumos será acrescida uma taxa de 4% ao não, assim como nos investimentos, nas construções e manutenção dos galpões, estufas e maquinários.

g) Cada região tem uma empresa responsável pelo transporte do fumo da propriedade até a indústria. Trata-se de um serviço terceirizado pela empresa e o valor do frete é descontado do produtor no momento da comercialização.

h) Os financiamentos são negociados pela empresa com o banco, no qual ela avaliza o empréstimo que é repassado aos agricultores, sem nenhuma participação destes.

i) A responsabilidade da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais é toda do produtor. A empresa disponibiliza cursos para explicar os cuidados básicos que o produtor deve adotar no processo de utilização dos agrotóxicos, passando a idéia de que, para não ocorrer contaminação das pessoas e do meio ambiente, é responsabilidade única e exclusivamente do produtor (em tomar todos os cuidados necessários).

Como podemos perceber, o contrato atrela os produtores a uma série de situações que garantem a lógica da dominação da indústria fumageira no sistema de integração, que consiste na segurança para que os agricultores cumpram os seus contratos, produzindo, assim, a quantidade de fumo estimada pela empresa e, conseqüentemente, garantindo o cumprimento dos contratos da própria indústria com o mercado externo.

Outro fator que subordina o produtor é o processo de classificação, pois a indústria desenvolveu um sistema extremamente complexo para a classificação do tabaco, com uma série de classes para cada qualidade específica. Nesse processo, segundo TERRA DE DIREITOS (2006), os agricultores são manipulados através dos seguintes fatores:

a) A classificação é feita na fábrica, longe da produção, tornando inviável a participação dos produtores no processo.

b) A qualidade é definida pela cor, umidade, tamanho das folhas etc. As empresas arranjam argumentos para piorarem essas qualidades, baseadas em anotações feitas pelo técnico nas propriedades e que são repassadas para o banco de dados da empresa.

c) Os produtores são explorados no processo de pré-classificação, o qual é realizado ainda na propriedade, demandando vários dias de trabalho não remunerados, e que facilita o trabalho da fábrica. Quanto à classificação das folhas, é feita dependendo de tamanho e da cor; não é realizada conforme as instruções e a fabricação dos fardos foge aos padrões de peso e tamanho solicitados pela empresa, ocorre um desconto no preço do quilo do tabaco ou, até mesmo, a devolução dos fardos.

Todas essas práticas no sistema de classificação permitem à indústria comprar o fumo pelo menor preço possível. Essas práticas parecem demonstrar uma forma de subordinação, de acordo com a qual o produtor recebe o mínimo necessário para sobreviver e continuar produzindo. Essa sobrevivência do produtor também é proporcionada pela produção direta dos seus meios de vida, ou seja, os produtos para a sua alimentação. Embora o cultivo de produtos para a subsistência diminuir com a produção de fumo, ainda contribui para os agricultores superarem, o pouco retorno econômico de seu trabalho na produção mercantil do fumo.

O Estado – que oficializa os valores do fumo - incumbe-se da mediação desse processo, através dos créditos bancários e dos juros apropria-se de mais uma parcela da renda dos agricultores (Martins apud Oliveira, 1980).

Porém, ao mesmo tempo, o governo desenvolve programas antitabagistas como a Convenção Quadro⁴, a qual, segundo DESER (2005), prevê diminuir a produção de fumo a longo e médio prazo, devido às implicações na saúde pública causada pelo tabaco em todo o planeta. Seguindo essa linha, a produção seria retificada, ou seja, todos os agricultores plantariam aproximadamente a mesma quantidade de pés, e, a cada safra, essa quantidade seria diminuída. Assim, os agricultores, aos poucos, deixariam de produzir o fumo e substituído-o por outra cultura alternativa.

Caracterização do produtor e da produção de fumo na Linha Itaíba.

Através de nossa pesquisa (realizada na Linha Itaíba através de entrevistas e da aplicação de questionário a 13 produtores de fumo, de um total de 24 fumicultores, pode-se constatar que há predominância, nesse campo de estudo, assim como em todo o Sudoeste do Paraná, do homem ser o responsável pela propriedade. Apesar de, em praticamente todas as famílias, as mulheres ajudarem nos trabalhos do lote, desdobrando-se entre o exaustivo trabalho do fumo e os trabalhos domésticos, não são elas quem tomam as principais decisões, fazem financiamentos, decidem qual cultura produzir. Em relação à idade dos responsáveis pela propriedade, na sua maioria, são adultos que chegaram jovens ao reassentamento e não eram

⁴ A Convenção-Quadro é o primeiro tratado internacional de saúde pública que já está parado há mais de um ano no Senado Federal aguardando a apreciação dos senhores parlamentares. Seu objetivo é reduzir a prevalência do tabagismo no mundo, por meio da regulamentação em diferentes segmentos. O tratado propõe uma política de preços e tributos mais elevados; a total proibição do fumo em ambientes fechados e logradouros públicos; o fim de diferenciais em embalagens que induzem à errônea impressão de que certos tipos de tabaco causam menos males – como light, ultra light ou mild; a total proibição de toda a forma de publicidade, promoção e patrocínio do fumo; a proibição de fabricação e a venda de doces, comestíveis, brinquedos ou qualquer outro objeto com o formato de produtos de tabaco que possam ser atraentes para menores; entre outros pontos. A Convenção entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005, infelizmente sem a ratificação do Brasil. Vale destacar que mais de 70 países membros da Organização Mundial de Saúde (OMS) já estão comprometidos a aplicá-la em seus territórios, inclusive alguns dos maiores produtores mundiais de fumo, como a China, a Índia e a Turquia. (TABACCO ZERO apud TERRA DE DIREITOS, 2007).

proprietários de terras ou, então, trabalhavam com os pais nos seus antigos estados.

Aproximadamente 78% dos responsáveis pela propriedade são gaúchos, os quais trouxeram consigo sua cultura e costumes, inclusive as técnicas utilizadas no trato com a terra. A grande maioria, cerca de 90%, eram agregados, capatazes, empregados que trabalhavam na agricultura e na pecuária e uma pequena porcentagem trabalhavam nas propriedades dos pais.

A etapa mais difícil, segundo os agricultores, é a colheita e a segunda mais difícil é o plantio, isto é, a transferência das mudas do *float*⁵ para a lavoura.

A justificativa da colheita ser a etapa mais difícil da produção deve-se ao fato de ser realizada entre final de dezembro e início de fevereiro, período esse em que o calor é mais forte e também porque a colheita é toda manual, utilizando maquinário somente para o transporte, num processo bastante lento. Assim, os agricultores precisam trabalhar de forma intensiva durante o período da colheita; ficam várias horas ao sol forte, expondo-se a sérias doenças de pele, desidratação, etc. É comum, durante a colheita, agricultores apresentarem quadros de desidratação, esgotamento físico, cansaço e queimaduras do sol.

A segunda etapa considerada como difícil é o plantio, realizado entre os meses de setembro a novembro. Como são mudas a dificuldade justifica-se porque, é preciso realizar o plantio com muita umidade, pois somente assim se desenvolverão. Dessa forma, quando chove, é preciso aproveitar ao máximo a umidade, fazendo com que os agricultores trabalhem de forma intensiva, sob a chuva, em feriados e fins de semana, (o trabalho sob essas condições pode fazer com que os agricultores contraíam gripes, resfriados).

Por se tratar de um trabalho que não exige muita experiência e força física, constata-mos através da pesquisa, que todos os produtores utilizam o trabalho infantil principalmente na colheita e no plantio. Não de forma

⁵ *Float* é uma espécie de "piscina", com 15 a 30 centímetros de profundidade, construída com tijolos e lona plástica. O *float* é o local onde ficam as bandejas de isopor com as mudas, nos primeiros 60 dias após germinarem.

intensiva por que as crianças estudam, porém, no período da safra, os filhos estão em férias e participam da colheita. Todos os envolvidos no plantio entram em contato com os fungicidas e inseticidas que são aplicados nas plantas.

Nestes dois períodos do ano, quando é feito o plantio e a colheita, a rotina da comunidade é alterada. No período do plantio evita-se realizar festas, promoções das associações da comunidade; diminui o fluxo de agricultores que vão para a cidade, assim como as relações, de vizinhança e a participação em assembléias e reuniões, pois não importa em que dia chove é preciso plantar. Também a prática esportiva, regular na localidade, é afetada devido à intensidade e exaustão nessas duas etapas.

Apesar dessas etapas difíceis, os agricultores continuam produzindo. Segundo eles, não existe uma alternativa mais rentável. Aproximadamente 90% dos agricultores reconhecem que há um processo de exploração por parte da empresa, principalmente no momento da classificação. Não há uma tentativa no sentido de buscar reivindicações para a melhoria desta situação como, por exemplo, a participação dos produtores na classificação. Prova da falta de perspectiva em relação à luta por mudanças é a quantidade de produtores que leram o contrato: apenas 23% leram todo o contrato, 30% não leu nada e, ainda, 47% leram apenas as partes em trata da dívida da próxima safra.

O motivo pelo qual os produtores não lêem os contratos não pode ser atribuído à falta de instrução, pois o grau de escolaridade dos agricultores da Linha Itaíba é de 70% dos agricultores com o Ensino Fundamental completo e destes, a metade concluiu o Ensino Médio. Se comparado com grau de escolaridade da população nacional, com milhões de analfabetos, a Linha Itaíba pode ser considerado com um grau regular de instrução.

Outro aspecto que demonstra que os agricultores possuem um bom nível de conhecimento é em relação à sua participação política; mais de 90% dos produtores participam de associações como cooperativas de crédito, associações de moradores, sindicatos, movimentos de igreja e partidos políticos.

Outra contradição é no uso dos agrotóxicos, 90% dos produtores

consideram a produção do fumo prejudicial à saúde, mas não usam o Equipamento de Segurança Individual (EPI) completo. Isso demonstra que os agricultores estão aceitando certo grau de contaminação, acreditam que o número de aplicações é baixo e que os agrotóxicos não causam nenhuma contaminação. As instruções da empresa são mínimas e voltados apenas para o cuidado com a contaminação individual direta.

Modificações proporcionadas pela produção fumageira, na Linha Itaíba

Apesar do curto período da produção de fumo, as mudanças na Linha Itaíba foram significativas; essas mudanças descaracterizam a pequena agricultura familiar fazendo com que ela perca seus princípios fundamentais de auto-suficiência, em relação aos produtos que podem ser produzidos em sua propriedade, além de um trato menos degradante com o meio ambiente, tornando-o mais um componente do território das indústrias fumageiras e isso se percebe ao passar pela comunidade, onde se podem ver vários galpões e estufas construídas para a produção do fumo, ocupando áreas significativas em se tratando de pequenas propriedades (que não terão outra utilidade se não o cultivo do fumo).

Outra prática, segundo Corrêa (1992), utilizada pelas indústrias para a demarcação de seu território é a distribuição de materiais publicitários da empresa, prática que foi comprovada na área de estudo, pois todos os fumicultores recebem regularmente revistas com passatempos, curiosidades, piadas, receitas, reportagens e fotos com produtores bem sucedidos, matérias com incentivo ao reflorestamento e, em destaque, reportagens com jovens produtores de fumo. Os dois últimos itens são os mais significativos para a empresa na tentativa de garantir o seu território, pois, através do reflorestamento, os produtores têm a madeira para a construção das benfeitorias e, através do incentivo aos jovens, os fumicultores do futuro estão garantidos. Nas casas e nos galpões, é fácil ver cartazes, calendários, folders da Souza Cruz.

Além disso, todos os produtores de fumo exercem somente

atividades agropecuárias, pois o fumo necessita de muitas horas de trabalho, impossibilitando atividades como a agroindústria.

Ao mesmo tempo, os produtores também conseguiram alguns benefícios como o acesso a bens de consumo básicos que, através das outras produções, não tinham condições de adquirirem.

Praticamente 40% dos produtores conseguiram construir uma casa nova ao entrarem na produção de fumo e mais de 60% compraram um automóvel e, praticamente, 70% conseguiram comprar telefone celular. Todos os produtores compraram implementos agrícolas e conseguem fazer a manutenção das benfeitorias com a renda proveniente do fumo. Tais dados demonstram por que os agricultores continuam produzindo fumo apesar de todas as dificuldades já apontadas, com destaque para dilatação da jornada de trabalho, já que, através da produção de fumo, em curto espaço de tempo, eles conseguiram alguns bens que melhoram um pouco a sua qualidade de vida.

Considerações finais

Durante o século XX, a produção brasileira de fumo expandiu-se muito. Esse aumento deve-se ao fato de que, no Brasil, as indústrias fumageiras encontraram um ambiente favorável para as suas práticas de exploração, com pequenas áreas de produções agrícolas fragilizadas, sem apoio técnico e financeiro, além da estrutura proporcionada pelo governo, o qual tornou-se dependente das receitas do setor.

A Souza Cruz, através das suas práticas espaciais e do sistema de integração, produz e reproduz o seu território, sempre num caminho próspero de acumulação de capital, deixando marginalizados as áreas que não lhes oferecem a mesma rentabilidade apropriando-se do excedente produzido pelos fumicultores e deixando para eles apenas uma renda média, o valor mínimo para que continuem sobrevivendo e cultivando fumo.

Percebemos, em nosso trabalho de campo, que a maioria dos agricultores não aprovam o sistema de integração e consideram o seu trabalho em algumas etapas da produção, muito desgastante e mal

remunerado. A aceitação desse grau de subordinação decorre por não terem outra alternativa de produção que lhes proporcione a mesma renda com outros cultivos em pequenas áreas.

Vale lembrar que, nos últimos anos, a produção de leite vem sendo uma opção de uma boa rentabilidade; não chega à renda produzida pelo fumo em áreas pequenas, mas é uma atividade menos prejudicial aos agricultores e aos recursos naturais. Na Linha Itaíba alguns agricultores começaram essa atividade, porém encontram dificuldades para a transição do fumo ao leite, porque a estrutura da produção precisa ser modificada, além da aquisição de animais. Como os recursos financeiros são poucos, a produção de leite demorará dar retorno financeiro e os agricultores serão obrigados a diminuir ou pararem com a produção de fumo e não terão como se manterem durante esse período. Alguns deles estão buscando um equilíbrio na quantidade produzida, trabalhando com as duas atividades. Outros dão prioridade para a produção do leite e estão aumentando gradativamente a sua estrutura com a renda proveniente do fumo.

Vários agricultores admitem que, apesar da menor rentabilidade da produção de leite se comparada a do fumo, eles trocariam de atividade se houvesse condições para a implantação da estrutura e a sua manutenção durante a transição.

Diante disso, percebe-mos que os agricultores optaram pela produção do fumo contra a sua vontade, entretanto, com o número de integrados da Linha Itaíba aumentando e diante da impressão de uma boa rentabilidade, os outros produtores sentiram-se pressionados a entrarem na produção. A partir do momento em que os agricultores passam a buscar a integração, invertendo o processo em que o representante da Souza Cruz procurava o produtor para convencê-lo a integrar-se, a empresa tem possibilidade de realizar uma seleção dos produtores que lhe ofereçam atributos mais favoráveis.

O “desinteresse” em buscar melhorias para o setor revela a situação de impotência do produtor em relação ao sistema de integração, pois mesmo conhecendo as dificuldades e, até mesmo, a subordinação, eles não visualizam possibilidades de mudar o contexto de inserção na forma

contratual de integração à empresa fumageira.

Os agricultores são dependentes da renda do fumo, a qual representa 70% de todas as receitas de grande parte das famílias da Linha Itaíba. Na tentativa de minimizar a subordinação, eles compram insumos no mercado tradicional e vendem a produção para os atravessadores.

O método de classificação das folhas pode ser considerado o principal fator de subordinação direta dos produtores, pois para manter o produtor integrado, a empresa realiza, anualmente, reajustes no valor do quilo que corresponde a cada classe determinada, porém ela aumenta o valor do quilo mas deprecia a qualidade da folha assim, a qualidade do fumo vem baixando, a cada safra, quando o normal seria o aumento devido à experiência que os produtores vão adquirindo na produção e as novas técnicas empregadas.

Apesar de todo esse processo exploratório, a produção de fumo trouxe algumas melhorias para a qualidade de vida dos agricultores. Por exemplo, depois de entrarem na fumicultura, 60% dos produtores adquiriram automóvel; 70%, telefone, e todos conseguiram comprar implementos agrícolas, bens que não podiam ser comprados durante os anos produzindo outras culturas. A produção de fumo também impediu que houvesse um êxodo rural maior na Linha Itaíba.

O que faz com que a renda média do fumo, apesar de ser baixa, esteja ainda numa margem que proporciona ao fumicultor algumas melhorias é a grande demanda por parte das empresas para a exportação; a relutância, em algumas regiões, em relação ao sistema de integração; e ainda, porque as etapas da produção de fumo não são mecanizadas, impossibilitando o cultivo em grandes extensões de terra. O que obriga o agricultor a dilatar a sua jornada de trabalho, estabelecendo uma combinação, através da exploração da mão-de-obra da sua unidade familiar, entre a produção mercantil e a produção direta do seu meio de vida. Dessa forma, ele consegue a reprodução cíclica da sua vida, sem possibilidades de acumulação de capital. Se, em algum momento, um desses fatores se desfizerem, isso pode permitir às indústrias fumageiras explorarem ainda mais os agricultores.

Essas questões apontadas, juntamente com as práticas espaciais

da gestão do território, podem fazer com que uma determinada área de produção deixe de ser interessante para a empresa e ela vai estabelecer o seu território em outra região. Se isso ocorrer na Linha Itaíba, os produtores ficariam sem uma alternativa de renda imediata, pois, como já comentamos, o leite apresenta-se como uma alternativa, só que os agricultores não têm apoio para aderirem à produção em curto espaço de tempo.

Desse modo, é preciso que o Estado aponte novas alternativas de produção com rentabilidade segura aos agricultores, menos degradante ao meio ambiente e a si mesmo e ofereça a sustentação para a implantação dessas novas alternativas em todas as etapas, pois simplesmente erradicar a produção deixaria milhares de famílias sem sua principal fonte de renda.

Ao final da pesquisa, constatamos que o sistema de integração na produção fumageira subordina os agricultores familiares, tornando-os dependentes das indústrias de insumos e da comercialização da produção pela empresa integradora. Ao mesmo tempo, o uso intensivo de agrotóxicos contamina tanto os agricultores como o ambiente natural. Apesar dessas implicações, a produção de fumo tem aumentado em quantidade e em área, isso porque ela consiste em fonte de renda fixa em decorrência de um mercado pré-estabelecido.

Referências Bibliográficas

ALIEVI, R.M. O Arranjo fumageiro no Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul, 2007. Departamento de Ciências Econômicas. Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<http://www.unisc.com.br>> Acesso em 18 de maio de 2007.

B. O. Entrevista concedida a Luís Carlos Braga em 10 de abril de 2007.

BOLETIM MENSAL do DESER. Curitiba, 2005.

BOLETIM MENSAL do DESER. Curitiba, 2006.

BRAGA, L.C. O processo da subordinação do produtor de fumo à indústria fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro-PR. Francisco Beltrão:

Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Campus de Francisco Beltrão, 2007. 74p. (Monografia).

CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p.115-151, jul./set.1992.

FETRAFESUL. **Cartilha do fumo**. Disponível em: <<http://www.fetrafesul.org.br/dowlaods/projetos/cartilhasfumo>> Acesso em: 15 de jun. de 2007.

Gazeta do Sul. **Galeria de fotos**. Disponível em: <www.gazetadosul.com.br> Acesso em: 10 de jul. de 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 1980**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2003**. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao> Acesso em: 20 de set. de 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2001**. Disponível em : <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao> Acesso em: 25 de set. de 2007.

Instituto de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 1995/96**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatistica/economica/agropecuaria/censoagro> Acesso em: 15 de ago. de 2007.

NASCIMENTO, G. F. **Potencial organizativo dos trabalhadores do complexo agroindustrial fumageiro do Recôncavo Baiano**. Cruz das Almas, 2000.

O Histórico do Fumo. Disponível em: <[http:// www.souzacruz.com.br](http://www.souzacruz.com.br)> Acesso em: 28 de mar. de 2007.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 58, p. 5-64, 1980.

SANTOS,J.V.T. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

Secretária de Agricultura e Abastecimento. **Área plantada com produtos**

agrícolas no Sudoeste do Paraná. Deral (safra 2004/2005). Disponível em: <<http://www.terradedireitos.org.br>> Acesso em: 18 de maio de 2006.

TERRA de DIREITOS. **Caso fumicultores: acusação contra Souza Cruz S/A será apresentada no Tribunal Permanente dos Povos, em Viena.** Terra de Direitos (julho 2006). Disponível em: <<http://www.terradedireitos.org.br>> Acesso em: 27 de out. de 2006.

TERRA DE DIREITOS. **Convenção quadro.** Terra de Direitos (Maio de 2007). Disponível em: <<http://www.terradedireitos.org.br>> Acesso em: 18 de maio de 2006.